

(Des)continuidades nos papéis de gênero como orientadores da lida com a dita loucura feminina

Nina Wettreich Goldbach

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Arthur Arruda Leal Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Resumo

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa histórica crítica acerca da lida com o que foi chamado de loucura feminina. Mais especificamente, busca avaliar como o que era e é tido como patologia em sujeitos deste gênero esteve e está baseado no que desvia dos papéis de gênero esperados. Para tanto, primeiramente, foram exploradas fontes secundárias sobre o trato com a loucura feminina no cenário anterior à Reforma Psiquiátrica, empreendido principalmente pela Psiquiatria, em hospícios como Juquery, Pinel e Colônia Juliano Moreira. Em seguida, foram analisados prontuários de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a fim de encontrar pistas sobre a nova relação entre os saberes e intervenções psi com o sofrimento psíquico feminino no cenário reformista. A partir de tais fontes, o principal objetivo foi o de mapear continuidades e descontinuidades no embasamento nos papéis de gênero para a definição e o trato com a loucura feminina. Tivemos, como resultados, a percepção de que, tanto anteriormente, quanto contemporaneamente à Reforma Psiquiátrica, o que é tido como loucura feminina identifica-se aos desvios quanto aos papéis de gênero esperados em cada época: está colocada, então, uma continuidade. No entanto, são visíveis também descontinuidades, na medida em que alguns papéis esperados se transformaram e, conseqüentemente, seus desvios, associados à loucura, também. A análise crítica da persistência do uso dos papéis de gênero nas intervenções em saúde mental, a partir de um recurso histórico como instrumento de luta no presente, faz-se essencial para a construção de um cuidado anti-manicomial em todas as suas dimensões.

Palavras-chave: Papéis de Gênero. Loucura. História. Reforma Psiquiátrica.

Tecendo uma história crítica: entre continuidades e descontinuidades

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa histórica mais ampla intitulada “Uma curta e densa história de transição: A implementação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no Rio de Janeiro na perspectiva de suas práticas cotidianas”, orientada por Arthur Arruda Leal Ferreira, a qual busca tecer contribuições na construção da história do processo ainda em curso da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Esta pesquisa histórica, inserida no rol de outras narrativas, diagnostica a tradição historiográfica em relação a tal movimento como pautada em uma visada predominantemente celebratória em relação à nova lida com a dita loucura (Santos *et al.*, 2020). Este tipo de atitude, ainda que importantíssima em seus efeitos de afirmação de conquistas e de luta política, acabaria por deixar

de lado um outro uso da história, também importante em termos políticos: o de atentar-se a possíveis continuidades e novos perigos presentes neste momento histórico em transformação. À esta atitude hagiográfica, corresponderia, por sua vez, como elemento constituinte da historiografia, um dado tipo de fonte prevalente: nota-se que, tradicionalmente, a História da Reforma Psiquiátrica se valeu das grandes fontes, como leis, como instrumentos privilegiados – e às vezes até mesmo como os únicos instrumentos – para a construção de uma análise histórica.

Na contramão deste tipo de história, a pesquisa supracitada, na qual o presente trabalho se insere, sugere uma historiografia mais crítica ao se debruçar sobre o processo ainda em marcha e disputa da Reforma Psiquiátrica. Tal atitude privilegia e visibiliza pontos de tensão, cinzas e complexos, presentes no processo histórico analisado, adotando um hiperativismo pessimista (Foucault, 1995 *apud* Santos *et al.*, 2020) capaz de sublinhar perigos a serem transformados, como normatividades e rastros manicomiais que, de modo persistente, se atualizam mesmo em uma gestão reformista.

Identificar tais pontos sutis e ardilosos demanda da função historiadora fontes mais refinadas e minuciosas, que lhe forneçam um acesso às práticas e aos tensionamentos cotidianos. Nesse sentido, a atitude historiográfica crítica encontra seu correlato metodológico nos prontuários dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que informam sobre a dinâmica rotineira da lida com a dita loucura. Os prontuários especificamente analisados na pesquisa, devidamente respaldada pelo Comitê de Ética, integram o arquivo morto de dois CAPS específicos elegidos por sua centralidade na história da luta antimanicomial: o CAPS Rubens Corrêa, primeiro CAPS do Rio de Janeiro, e o CAPS Clarice Lispector, oriundo da substituição do antigo Hospital Psiquiátrico Pedro II.

Por meio e a partir da participação em tal pesquisa maior, este trabalho em particular alinha-se ao mote de uma historiografia crítica em relação à Reforma, perguntando-se sobre as continuidades e os novos riscos no que diz respeito especificamente às normatividades de gênero nessa gestão substitutiva da dita loucura. Se, no passado manicomial, muitas vezes visto como ultrapassado e estranho ao tempo presente, foram identificadas atitudes de normatização dos sujeitos em função de seus gêneros – como foi o caso da patologização de comportamentos femininos desviantes de seu papel esperado –, o que uma História hegemônica da Reforma nos contaria sobre o presente? De forma análoga a uma História supostamente universal da Reforma, sem gênero, a qual a entende como progresso dado e completamente descontinuo em relação ao passado, esse mesmo olhar celebratório, ao se voltar para a dimensão de gênero de tal processo, entenderia que a normatização de gênero teria se extinguido com o fim formal dos manicômios. Afinal, recorrendo apenas a grandes fontes, como os discursos aparece como promotora de um cuidado combativo a toda forma de opressão, inclusive a de gênero.

Complementando essa história com mais tons de cinza, e se valendo dos prontuários como ferramentas interessantes para lograr tal objetivo, este estudo tem por objetivo principal, inserido na composição de uma história crítica da Reforma em termos de gênero, mapear continuidades e descontinuidades mais especificamente em relação ao trato do que foi e é tido como loucura feminina, perguntando-se principalmente se, por um lado, podem ser observadas continuidades, entre o período pré-Reforma e o período Reformista, no que diz respeito à consideração do que desvia das normas de gênero esperadas para a mulher como loucura feminina; e, por outro, quais são as descontinuidades presentes entre tais temporalidades (como transformações nos papéis esperados e no que, conseqüentemente, é tido como desvio).

Para a realização do mapeamento de continuidades e descontinuidades, os dois cenários temporais foram investigados a partir do acesso a fontes históricas, sempre encaradas através de uma

ótica de gênero. Em um primeiro momento, analisou-se a lida com a dita loucura feminina no cenário pré-Reforma, desde o final do século XIX até aproximadamente metade do século XX, em diferentes hospícios, como o Juquery, o Sanatório Pinel e a Colônia Juliano Moreira. O acesso a tal período deu-se exclusivamente por meio de fontes secundárias – textos que se debruçam sobre a História da Psiquiatria no Brasil também adotando um olhar atento ao gênero, de Cunha (1989), Engel (2004), Venâncio e Cassília (2009), Almeida e Torres (2014) e Pereira (2016). A leitura foi orientada pelos objetivos de pesquisa supracitados: isto é, durante a mesma, buscou-se avaliar a presença da tese do desvio da norma de gênero como loucura, bem como continuidades e descontinuidades no que diz respeito a tal relação, mesmo internamente a este período.

Em um segundo momento, foi empregado um deslocamento temporal e de fonte para analisar de modo crítico a relação entre o que é tido como loucura feminina e o distanciamento das expectativas de gênero no espaço reformista. Dessa vez, a investigação deu-se por meio de fontes primárias, de modo que foram analisados diversos prontuários, dentre os quais seis foram escolhidos como exemplares para a ilustração da tese explorada, sendo o primeiro datado de 1996 e o último de 2003. Ao longo da investigação dos materiais, procurou-se identificar, conforme o objetivo já colocado, continuidades e descontinuidades em relação à concepção do desvio do papel de gênero como loucura feminina, concepção esta frequentemente relegada ao passado.

O manicômio oitocentista: a Psiquiatria como instrumento de patologização-normatização de gênero

O contexto de trato com a dita loucura caracterizado atualmente pelo olhar reformista como manicomial, o qual é abarcado pelas fontes secundárias aqui exploradas, trata-se um período bastante longo, repleto de nuances entre si. Entretanto, um ponto comum persistente dentre as singularidades e transformações ao longo do tempo foi um certo *modus operandi* da Psiquiatria, em aliança com o Estado, em relação ao que por tal articulação foi constituído como loucura.

Tanto Cunha (1989) e Engel (2004), em seus trabalhos sobre o período republicano, como Venâncio e Cassília (2009) e Almeida e Torres (2014), já versando sobre o período varguista, apontam para uma configuração em que, sob diferentes prerrogativas e ideais, a Psiquiatria emergia, convocada por um Estado tecnocrata, como instrumento de controle social e de formação de uma nação ideal, capaz de operar por sua legitimidade enquanto saber científico. Esta operação, que tinha como agentes importantes e articulados a Psiquiatria e o Estado, visando construir uma nação ideal para os moldes da época, encontrava na interferência na família, como célula mínima representante desse todo social maior, um meio de lograr tal objetivo de maior dimensão.

Estabelecer algum tipo de gestão sobre a família, sob uma ótica atenta ao gênero, passa necessariamente por levar em consideração e definir papéis de gênero, dado que a família ideal seria composta por homem, mulher e prole, a ser devidamente educada de acordo com os ideais civilizatórios. Disso decorre que a construção de uma nação ideal passava necessariamente pela construção de homens e mulheres ideais, isto é, passava pela atribuição de papéis de gênero. Nesta seara, a Psiquiatria participava de tal jogo associando o cumprimento do papel de gênero à normalidade, e o seu desvio à patologia, à loucura e, nas últimas consequências, à internação e à tentativa de normatização.

Tal processo de patologização-normatização do desvio social como loucura deu-se de modo mais acentuado e estudado em relação à mulher, e foi destacado por toda a literatura usada no presente estudo. Esta aponta, em sua dimensão mais descritiva e aprofundada, que o papel social feminino associado à normalidade era o da mulher como mãe, esposa, sexualmente recatada e doméstica. Assim, os desvios de tais prescrições, tidos como patologia, correspondiam à indiferença ou à recusa em relação ao casamento, ao lar e à maternidade, e às perturbações na sexualidade procriativa.

É importante destacar, no entanto, como o faz Cunha (1989), que a figura da mulher ideal era esperada não da mulher como sujeito universal e vazio de historicidade, mas da mulher à qual se destinavam as orientações higienistas, da mulher da nação ideal: uma mulher branca e burguesa. Sob essa ótica, a normalidade e a loucura de outras mulheres – como mulheres negras e de classes populares – estavam pautadas em outros critérios.

As fontes utilizadas viabilizam um acesso ao trato psiquiátrico em relação à dita loucura feminina por meio da exposição de casos nos quais as histórias de vida de mulheres da época aparecem formatadas pelo discurso patologizante da Psiquiatria. Nestas narrativas médicas, fica evidente a associação entre, por um lado, papel de gênero e normalidade, e, por outro lado, seu desvio e a loucura, escancarando a tese sustentada em todas as obras de que o que era tido como loucura feminina estava baseado nos papéis de gênero esperados e suas subversões.

No que diz respeito ao casamento como ideal e baliza para o saber e para a prática psiquiátrica, nota-se que seu discurso coloca a adesão ao casamento como, mais do que apenas normalidade, uma possibilidade de cura, enquanto seu desvio fora associado tanto à etiologia da dita loucura, quanto a sua manifestação. Essa relação aparece desde o final do século XIX, como no caso de M.J., ocorrido em 1896, trazido à tona por Engel (2004), no qual a paciente teria obtido “sensíveis melhoras do estado psicopático” (p. 271) ao se casar e ao expressar sentimento de falta em relação ao marido, e piorado ao se relacionar com homens de baixa classe. Mantido como constante ao longo de um vasto período histórico, o entendimento do casamento como melhora e do seu desvio como piora também esteve presente até meados do século XX, como nos informa o caso de N.J., que “era uma moça de família respeitável e, tendo se separado do marido, desviou-se da vida regular” (Pereira, 2016, p. 110).

Também persistente por dezenas de anos foi a relação entre maternidade, normalidade e cura e, em contrapartida, entre indiferença com a prole e loucura. É o que ilustra o caso de Maria Tourinho, transcorrido no início do século XX, a quem a loucura “atingia ao ponto de fazê-la não ter uma palavra de carinho, de saudade para com os filhos que abandonara na mais dolorosa das situações” (Engel, 2004, p. 274), desvio da função materna colocado como parte da sintomatologia patológica. E, já no final deste mesmo século, esta mesma associação pode ser visualizada no caso de I.S., que teria sido identificada como doente mental “quando após ter dado à luz a uma criança começou a sair de sua casa sem finalidade, tornou-se retraída, desinteressada, calada [ilegível], não se importou com o falecimento de seu filhinho ocorrido há 8 dias.” (Almeida e Torres, 2014, p. 22).

Em meio a tantos papéis esperados, a tantos pontos de atenção e vigilância para os corpos femininos, o mais consagrado e debatido deles foi o da sexualidade: sua normalidade esteve associada ao cumprimento e à limitação quanto à reprodução, e seu desvio, por sua vez, correspondia a tudo que a perturbava e a distanciava deste seu fim natural último. Assim, a Psiquiatria se ocupou dos casos de frigidez, porém principalmente das manifestações sexuais da ordem do excesso, às quais correspondem os casos aqui descritos. Em 1896, M.J. fora internada por se relacionar com homens de baixa classe, e teria persistido com sua dita doença mental, ninfomania, por procurar relações sexuais com os internos (Engel, 2004); em

1925, Irma teve o mesmo destino de M.J., respaldado por um diagnóstico de “loucura moral” – para os doutores, “exibir as pernas o mais que pode quando sentada, realçar o contorno dos quadris [...], seus gestos [...], trejeitos dengosos são a mostra cabal desta coquetterie doentia que motivou sua reclusão” (Cunha, 1989, p. 139); e, em 1940, R.F., tuberculosa, fora internada em nome do controle social, perturbado por sua “exaltação de libido” (Venâncio e Cassília, 2009, p. 5).

Cunha (1989), ao abordar casos como esses, chama atenção para a importância de situá-los, orientada por uma ótica pautada em matizes em relação à história. Nesse movimento, a autora desuniversaliza tal papel social como sendo designado a toda mulher da época: a sexualidade recatada tratava-se de um fator de distinção social, de hierarquia e segregação, das mulheres brancas e burguesas em relação a mulheres negras e de classes populares. Nesse sentido, das mulheres negras, era esperada uma sexualidade excessiva, animalesca e, das mulheres de classes populares, uma sexualidade degenerada pelas ruas. Seus tratamentos, no entanto, não eram menos severos e violentos do que o das mulheres brancas.

A expectativa de reclusão no lar também era um papel esperado especificamente de mulheres brancas, que deveriam estar em casa para educar as crianças segundo os manuais de higiene, sendo identificado como continuidade ao longo do período pré-Reforma abarcado pelas fontes analisadas. Eunice, que passou por Juquery em 1910 - passagem relatada por Cunha (1989) -, e pelo Pinel em 1930 - *locus* de estudo de Pereira (2016) -, foi vítima da condenação em relação a este papel, sendo internada sob a justificativa de “hiperexcitação” ou “vivacidade” intelectual (Cunha, 1989). Tais nomes nosológicos transformavam, através do emprego da linguagem psiquiátrica, sua ocupação como professora em patologia. Tal condenação em relação à independência e ao trabalho, como dito anteriormente, era comum à experiência das mulheres brancas de um modo geral, o que diferia no caso de mulheres de classe popular, para as quais a laborterapia era um tratamento proposto para a inscrição na normalidade (Cunha, 1989).

Todas essas tristes histórias de mulheres tidas como anormais apontam para uma confirmação da tese de que o desvio da norma de gênero era um fator importante no aferimento da loucura ao longo de todo o período abarcado pelas fontes. Ademais, notam-se majoritariamente continuidades entre estes momentos, como uma persistência dos papéis esperados e, conseqüentemente, do que era tido como desvio e loucura. Uma descontinuidade, contudo, apontada por Almeida e Torres (2014), foi o declínio do diagnóstico de histeria a partir da década de 1920, o que, no entanto, não significou o fim da atenção à sexualidade feminina: isto apenas era feito a partir de outros termos e chaves de leitura.

A Reforma Psiquiátrica entre o discurso e a prática: a persistência da normatividade de gênero como reatualização da história

O que aparece, então, de contínuo e descontínuo entre o período pré-Reforma, abarcado pelas fontes exploradas anteriormente, e o período reformista, vigente ainda nos dias presentes?

O deslocamento temporal nos leva a um cenário, já sob a égide da Reforma Psiquiátrica, no qual a lida com a loucura empreendida até então, protagonizada pela Psiquiatria, foi problematizada por seu caráter normativo, corretivo, manicomial e opressor. Grandes fontes acerca da empreitada reformista, como o Manifesto de Bauru (2007) e os relatórios da III e da IV Conferência Nacional de Saúde Mental (2001; 2010) (cf. Costa, 2019), indicam, inclusive, uma denúncia feita por tal movimento em relação às opressões de gênero exercidas sob título de prática científica

socialmente legitimada. A Reforma, por sua vez, buscaria visibilizá-las e, assim, reorientar a prática de cuidado em saúde mental em função de um combate a todas as dimensões manicomiais. Estaríamos, portanto, no âmbito discursivo, diante de uma descontinuidade em relação ao embasamento da loucura feminina no desvio do papel de gênero.

Todavia, ao empreender uma extrapolação do âmbito estritamente discursivo e hegemônico em relação à Reforma, e acessar, por meio das fontes primárias – prontuários –, suas práticas cotidianas, novos elementos históricos emergem: ainda que sejam evidentes diversos movimentos de luta e transformação em relação à estrutura manicomial, é possível perceber que a gestão da dita loucura ainda carrega consigo normatizações de gênero. Mais especificamente, há continuidade com o passado no que tange à associação feita entre a chamada loucura feminina e o desvio do papel de gênero. Ver-se-á, no entanto, que essa comparação histórica é pintada em tons de cinza: estão presentes continuidades em certos papéis, e descontinuidades em outros.

Um primeiro papel esperado das mulheres e associado à melhora de seus quadros, enquanto que seu desvio, por outro lado, é signo de uma piora, é o do cuidado, altamente presente nos prontuários femininos dos CAPS. É isso que nos transmitem as narrativas, por outros enunciadas, de D.N.C.G.¹, de 2002, que estaria “andando para trás”, quando “não consegue fazer os afazeres domésticos”, e de D.S.M., de 2000, que “está muito bem”, “voltou a ajudar em casa e tem gostado do filho”. Essa categoria de cuidado funciona como um analisador na medida em que aponta para uma continuidade no papel de gênero feminino oitocentista, isto é, na expectativa de que a mulher normal é aquela que cuida do marido, da casa e das crianças.

Ainda apontando para uma continuidade em termos da correspondência entre loucura e desvio do papel social, porém dando luz a um novo papel esperado, a uma certa descontinuidade, observa-se nos prontuários femininos uma atenção pronunciada em relação à estética e ao emagrecimento. Nesse novo cenário, a preocupação com a aparência magra por parte das mulheres aparece como signo de melhora e/ou normalidade, como no caso de M.I., de 2003, em que é valorizado o fato de que a mesma “curte [...] ir ao supermercado, comprar coisinhas de lanche, como iogurte diet, ricota, pão light, chocolate diet, biscoito diet”.

Uma outra descontinuidade bastante proeminente é o deslocamento da ideia de que a mulher deve permanecer restrita ao lar, afastada do mundo do trabalho, bastante consolidada no período pré-Reforma analisado. Em consonância com uma transformação mais ampla nos papéis de gênero, em que a mulher passa a adentrar na esfera pública, o movimento da Reforma Psiquiátrica e o tratamento nele pautado também acompanham tal inserção. Tal atitude é complementada pelo fato de que o movimento reformista adota como um de seus horizontes de cidadania para pessoas em sofrimento psíquico, tidas como loucas, a participação no mundo do trabalho. Nesse cenário, vê-se, a partir dos prontuários, que há uma valorização do trabalho feminino e um acompanhamento constante do mesmo como indicativo de melhora ou piora do quadro, como no caso de C.M.C.L., de 2002, em que há um mapeamento constante de sua presença em seu emprego, como na seguinte anotação de um profissional: “prosegue cursando escola técnica de enfermagem com bom rendimento (boas notas)”.

No entanto, em ações voltadas à inserção trabalhista desenvolvidas nos próprios CAPS, a persistência dos papéis de gênero ainda se faz visível: observa-se, em muitos prontuários femininos – e não nos masculinos –, um incentivo à participação em oficinas de trabalhos vistos como mais

¹ As menções a casos e pacientes na forma de siglas não são passíveis de citação, dado que foram extraídas de prontuários.

femininos, como as oficinas de bijuteria. Uma hipótese é a de que estas sejam mais ofertadas às mulheres pois estão relacionadas a aparência, papel ao qual se espera uma adesão por parte de sujeitos de tal gênero, como já explorado nos exemplos associados à magreza.

Por fim, um dos prontuários analisados forneceu pistas para a percepção de uma descontinuidade mais radical entre a lida com a dita loucura no mote reformista antimanicomial e o que era empreendido no cenário anterior, manicomial: trata-se da compreensão dos papéis de gênero não mais como orientadores da normalidade e como horizontes de adaptação, mas como estruturas que concorrem na produção social do sofrimento psíquico. É esta concepção que subjaz no relato profissional acerca do caso de V.A., de 2002, o qual associa o estado da usuária com sua “rotina cansativa de dona de casa e o fato do marido não demonstrar carinho e desejo, somado com as exigências da filha”, bem como “com o ‘peso’ de sentir que agora tem de se responsabilizar pelo esposo”. Há, portanto, uma transformação histórica - ainda embrionária - no sentido de um afastamento do entendimento da loucura como desvio do papel gênero esperado, entendimento este que implica no recrudescimento de tais normas. No lugar de tal ótica, o próprio mandato do papel de gênero é problematizado como etiologia da dita loucura feminina, levando a um questionamento estrutural de tal lógica e das implicações de sua aplicação acrítica nas instituições de saúde.

Uma reforma ainda em curso: a potência de uma história crítica no combate às múltiplas facetas do manicômio

A partir da realização do trabalho, é possível identificar que o crivo normativo de gênero em relação à lida com a dita loucura feminina aparece como continuidade entre os períodos pré-Reforma e durante a Reforma, o que aponta para a necessidade de radicalizar as lutas por um cuidado menos opressivo em relação aos diversos atravessamentos sociais. Contudo, é importante ter uma compreensão matizada da variação destes papéis ao longo da história e, portanto, do que é tido por loucura feminina – tal percepção sublinha a presença majoritária de descontinuidades de papéis entre o período anterior à Reforma e o cenário reformista.

Cabe sinalizar, ainda, que tais papéis variam de acordo não só com o gênero – masculino e feminino –, mas também com a raça e a classe dos sujeitos em questão, aspecto o qual fora identificado na pesquisa porém não aprofundado, dado a limitação de escopo.

A proposição de trabalhos históricos críticos se mostra essencial para a identificação de atitudes normativas no trato com a diferença e, a partir daí, para a construção de uma luta constante e atenta contra os manicômios em todas as suas formas.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. B. S. ; TORRES, P. H. R. Um perfil das “possíveis internas” do Pavilhão Remédios da Colônia Juliano Moreira, RJ, 1940-1973. In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, 2014, Rio de Janeiro. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. Rio de Janeiro: Departamento de História das Ciências e da Saúde (DEPES) da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2014.

COSTA, J. A. A categoria de gênero para a Reforma Psiquiátrica Brasileira: uma análise das conferências nacionais de saúde mental. In: XXVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019, Brasília. *Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: Instituto de Psiquiatria (IPUB), 2019.

CUNHA, M. C. P. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Rev. Bras. de Hist.* São Paulo, v. 9, n. 18, 1989.

ENGEL, M. Psiquiatria e Feminilidade. In: DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 270-303.

PEREIRA, B. S. B. *Entre a loucura e a norma: mulheres internadas no Sanatório Pinel (São Paulo, 1929-1944)*. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016

SANTOS, M. V. A. G. ; CRUZ, H. T. S. ; DÓRIA, L. P. ; VICTOR, B. S. ; CANUTO, L. G. ; MARTINS, M. S. ; LIMA, R. S. ; FERREIRA, A. A. L. Dispositivos de atenção psicossocial no Brasil e gestão pela liberdade: breves relatos históricos das práticas relacionadas à saúde mental. *Hybris Revista de Filosofia*. Chile, v. 11, 2020.

VENÂNCIO, A. T.; CASSILIA, J. A. P. O feminino entre a doença mental e a tuberculose (Rio de Janeiro, 1940-1945). XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: 2009.